



ACÓRDÃO Nº954/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11457/2016.

Aposos: Processo nº 12652/2016, 12790/2015 e 12648/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Itacoatiara.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Dario Nunes Bezerra Junior (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Paulo Geber da Frota – OAB/AM 9.485.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 897/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itacoatiara, relativa ao exercício de 2015, sob responsabilidade do **Sr. Dario Nunes Bezerra Junior**, Presidente da referida Casa Legislativa, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, "b" e "c" da Lei nº 2.423/96, em razão da permanência das falhas e restrições não sanadas arroladas na fundamentação do Voto;

10.2. Considerar em Alcance o Sr. Dario Nunes Bezerra Junior no valor de **R\$ 440.238,00** (quatrocentos e quarenta mil duzentos e trinta e oito reais) com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, incisos I, II, III, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE/AM. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias ao cofre Municipal para o órgão Câmara Municipal de Itacoatiara municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O supracitado montante fora obtido tendo em vista as seguintes restrições não sanadas:

10.2.1. Valor de R\$ 66.811,00 (sessenta e seis mil, oitocentos e onze



ACÓRDÃO Nº954/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

reais), referente ao item 01, da fundamentação do Voto;

10.2.2. Valor de **R\$ 1.917,00** (mil novecentos e dezessete reais), referente ao item 06, da fundamentação do Voto;

10.2.3. Valor de **R\$ 79.550,00** (setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais), referente ao item 10, da fundamentação do Voto;

10.2.4. Valor de **R\$ 291.960,00** (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta reais), referente ao item 17, da fundamentação do Voto;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Dario Nunes Bezerra Junior, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ao tempo do exercício de 2015, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/2018, pelos atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos de que resultem injustificado dano ao erário, constantes dos itens 01, 06, 08, 10, 11 e 17, da fundamentação do Voto. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Dario Nunes Bezerra Junior, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ao tempo do exercício de 2015, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/2018, pela inobservância de prazos legais para o envio de documentação referente à Prestação de Contas, constantes do item 02, da fundamentação do Voto. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED



ACÓRDÃO Nº954/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Dario Nunes Bezerra Junior**, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ao tempo do exercício de 2015, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/2018, pelos atos praticado com grave infração às normas legais, constantes dos itens 03, 04, 05, 07, 09, 12, 13, 14, 15, 16 e 18, da fundamentação do Voto. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.6. Recomendar à Câmara Municipal de Itacoatiara**, sob pena de aplicação de multa pela reincidência nos mesmos atos, que:
- 10.6.1. Adote** sistema de ponto eletrônico para realizar o controle de frequência de seus servidores, garantindo um controle adequado, mais eficiente e transparente, alinhando-se assim aos princípios basilares da administração pública;
- 10.6.2. Proceda** às diligências necessárias para a realização de Concurso Público, para fins de observância da regra preceituada no art. 37, II, da CF/88;
- 10.6.3. Providencie** a regularização da situação dos servidores comissionados excedentes, efetuando o desligamento de servidores, caso necessário, enquadrando o número de servidores ao quantitativo estabelecido na Lei Municipal n. 01 de 14/08/2013 que dispõe sobre a Reorganização de Pessoal da Câmara Municipal de Itacoatiara, se ainda vigente;
- 10.6.4. Atente** para as orientações contidas na Nota Técnica n.º 1097/2007/CCONTSTN, de 26/06/2007, quanto à concessão de diárias aos Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Itacoatiara;
- 10.7. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento das recomendações supracitadas;



ACÓRDÃO Nº954/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.8. Determinar à SEPLENO** que encaminhe ao Ministério Público Estadual cópia reprográfica destes autos, para que, querendo, proceda com as medidas cabíveis, a fim de investigar indícios de improbidade administrativa e ato ilícito penal.
- 11. Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12. Data da Sessão:** 2 de Outubro de 2019.
- 13. Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14. Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral